

O RURAL BRASILEIRO E SUAS NOVAS TIPOLOGIAS: O Turismo Rural no Contexto da Pluriatividade

Paulo Sergio da Silva¹

Roosevelt José Santos (Or.)²

RESUMO

A partir dos anos de 1980, assistimos uma nova conformação do meio rural brasileiro, com transformações cada vez mais perceptíveis. Três aspectos merecem destaques no direcionamento dessas mudanças: o primeiro relacionado à “agroindústria”, o segundo a um conjunto de “atividades não-agrícolas”, e o terceiro às “novas” atividades agropecuárias. Do ponto de vista espacial, velhos mitos estão sendo derrubados enquanto surgem outros para explicarem as re(con)figurações do espaço rural, ficando cada vez mais difícil definir o que é urbano e o que é rural. Porém, notadamente percebemos que o urbano não pode ser mais identificado como o espaço das organizações econômicas e o rural como o palco das atividades voltada para a agricultura e pecuária. Essas transformações acabaram definindo as novas funções do rural, antes voltado somente para as atividades agrícolas. A busca por alternativas econômicas para o setor fez surgir uma multiplicidade de atividades como forma de complemento de renda, denominada de pluriatividade. No contexto das novas atividades, o turismo rural apesar de ser uma atividade nova no Brasil aos poucos vai se enquadrando no contexto da pluriatividade, onde o trabalhador rural passa a exercer novas funções sem comprometer suas rotinas tradicionais.

Palavras-Chave: Urbanização. Turismo rural. Pluriatividade.

ABSTRACT

From the years of 1980, we see a new conformation of the Brazilian rural environment, with perceptible transformations. Three aspects must be pointed out in the direction of these changes: the first one related to the “agroindustry”, the second one related to a set of “nonagricultural activities”, and the third one related to the “new” farming activities. From the spatial point of view, old myths are being knocked down whereas others appear to explain the rural space reconfiguration, making it more difficult to define what is urban and what is rural. However, it is notable that the urban cannot continue to be identified as the space of economic organizations and the rural cannot continue to be identified as the stage of agriculture and cattle activities. These transformations defined new rural functions. The search for economic alternatives

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, geopassa@netsite.com.br.

² Professor Geografia Cultural do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, roosevelt@ufu.br.

created a multiplicity of activities as an income complement, called pluriactivity. In the new rural activities context, although rural tourism is a new activity in Brazil (with its original base in the Lajes county, Santa Catarina State), it had gradual fitting into pluriactivity, where the rural worker exerts new functions without compromising his traditional routines.

Keywords: Urbanization. Rural tourism. Pluriactivity.

Introdução

Este artigo busca promover, em primeiro plano, uma discussão em torno das transformações ocorridas na sociedade brasileira, principalmente após os anos de 1930, advindas de alguns fatos marcantes como o golpe de Getúlio Vargas, a queda da Bolsa de Nova York, a tentativa da inversão no padrão de desenvolvimento brasileiro marcado pelos primeiros passos da industrialização contrapondo-se ao rótulo dominado por décadas pelo café, e por fim pelas mudanças que também ocorreram no campo, tanto do ponto de vista agrícola como agrário.

Estas questões, não valorizando umas mais que outras, acabaram colocando novos desafios nas relações sociais no campo, criando novos conceitos, termos e noções na tentativa de melhor entendimento da realidade que estava por vir.

Estas novas tipologias são incorporadas ao rural brasileiro, a partir dos anos de 1930, perpassando toda uma discussão em torno das relações no campo até hoje, no ano de 2008 do século XXI.

Os objetivos norteadores desta discussão partem inicialmente de uma análise sobre as transformações no espaço rural brasileiro a partir de 1930. Vamos correlacionar os processos de urbanização brasileira com as mudanças no campo, analisar as atividades alternativas que o campo passou desempenhar e, por fim, analisar o turismo rural no contexto da pluriatividade.

A proposta da discussão também promove um debate em torno da multifuncionalidade³ da agricultura diante das peculiaridades da realidade brasileira envolvendo elementos muito novos neste contexto. A noção de

³ MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura brasileira na realidade brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S.(Org). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-152.

pluriatividade no contexto brasileiro apesar de ser algo *limitado* e *incipiente*, já nos conduz a um entendimento sobre as transformações que ocorreram e ocorrem no campo.

A idéia de múltiplos usos destas áreas é refletida quando buscamos conhecer um pouco do interior do Brasil, onde vemos pequenas propriedades envolvidas nas suas atividades tradicionais e um novo morador que, em busca de sobrevivência, acaba se dedicando à formas alternativas de renda, alugando seus quartos, confeccionando artesanato, doces, derivados de leite e até mesmo se tornando guia para o visitante.

Por fim, o artigo se encerra abordando o turismo rural no contexto da pluriatividade e traçando um panorama do turismo rural no Brasil.

O rural brasileiro: Uma abordagem a partir dos anos de 1930

Para entender o nosso espaço rural hoje em 2008 é necessário resgatarmos fatos, registros e acontecimentos que ocorreram ao longo de seu processo de formação. Analisar as transformações ocorridas e identificar personagens, identidades e pertencimentos que perpassam das atividades tradicionais às configurações que remetem a um novo cenário rural.

A importância de fazer um resgate após os anos de 1930 torna-se significativa na análise do contexto rural brasileiro, uma vez que saímos de uma crise que sofreu muito com a queda da bolsa de Nova York, a mudança do governo e uma tendência de alterações políticas voltadas para a indústria, além de uma crise no sistema latifundiário.

Saímos de um momento político denominado de República Velha para a Nova República apesar de continuarmos com velhos moldes não somente no mundo rural como também nas articulações sobre o nosso processo de industrialização. Essa busca por entender como se processou o formato rural brasileiro se deu através de grandes nomes dos estudos agrários brasileiros como Celso Furtado⁴, Caio Prado Júnior⁵, Roberto Simonsen⁶, Sergio Buarque

⁴ Formação econômica do Brasil. 8ª.ed. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1968.

⁵ História econômica do Brasil. 4ª.ed. São Paulo, Brasiliense, 1956.

⁶ A evolução industrial do Brasil, São Paulo. Revista dos Tribunais, 1939.

de Holanda⁷ e Francisco de Oliveira⁸, e contribui muito para entendermos os modelos aplicados em diferentes momentos da agricultura brasileira.

O rural brasileiro, a partir de 1930, apesar de ainda manter relações com o período anterior e ter sofrido um grande abalo na crise de 1929⁹, apresenta ligeiras transformações devido à própria necessidade de inserir novos produtos e não mais o café que havia sofrido um impacto muito grande no final da década de 1920. Surgem então os primeiros passos para a formação de um breve surto industrial brasileiro e a participação da economia rural no produto interno bruto sofre um declínio circunstancial e contínuo segundo o Centro de Contas Nacionais-IBRE-FGV, n.9 (1971), (OLIVEIRA, 1989).

Nesse pensamento afirma Sodré (1963, p.102).

Pela simples comparação dos quadros, verificamos o que era novo em cada momento e o que era velho, e como, inevitavelmente, o velho cedeu lugar ao novo – e que o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a História, e por isso mesmo que é história.

Os quadros aos qual o autor se refere, estão na tentativa de formatar um mosaico para o espaço rural brasileiro, no qual o setor rural, naquele momento, seria incapaz de contribuir significativamente para o avanço da economia brasileira sem uma dependência do mercado externo. Mesmo com o fim da República Velha, o Brasil não havia superado a pesada herança colonial. Apresentava características de um país monocultor baseado na estrutura cafeeira e intimamente dependente do mercado externo. Porém, desde a abolição da escravatura, esta estrutura econômica estava condenada devido ao processo de imigração que de certa forma criou uma mão-de-obra livre e assalariada, e conseqüentemente um mercado interno.

Para Prado Jr. (1956, p.7-83), aparece o fator consumo, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção. Essa transformação estava relacionada com o desenvolvimento do capitalismo que, ao ampliar o seu horizonte produtivo, passou a necessitar de

⁷ História geral da civilização brasileira. São Paulo, Contexto, 1972. (8^o.v).

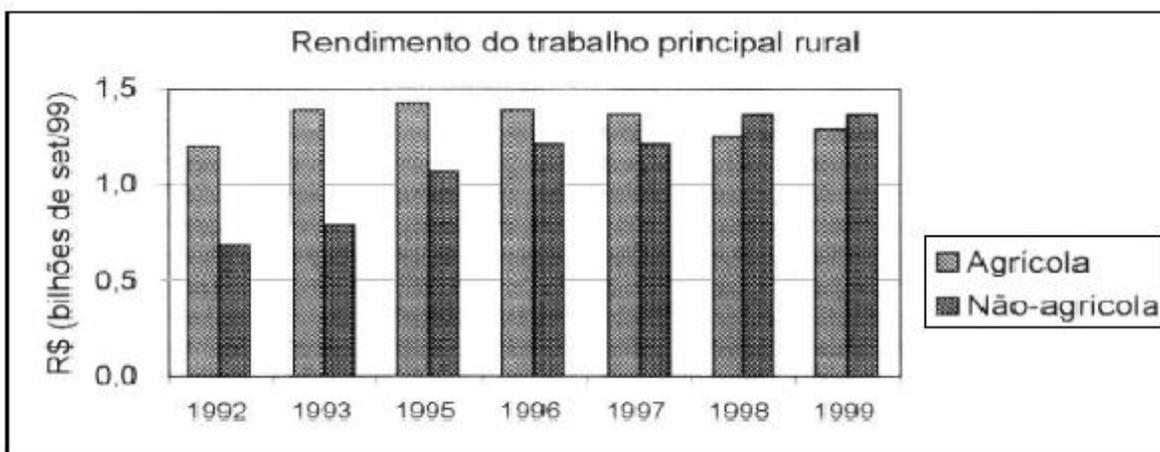
⁸ Economia da dependência imperfeita. 5^a.ed. São Paulo. Graal, 1989.

⁹ Queda da bolsa de Nova York.

um mercado cada vez maior e o Brasil se enquadrava nesse novo cenário internacional, assim assistimos nos anos de 1930-1940 a crise no modelo agroexportador.

A economia interna iniciou algumas transformações diversificando a produção de alimentos e manufaturas. Essa tendência à nacionalização da economia já era visível após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com a crise de 1929, o reflexo da desvalorização do café, que até então sustentava o modelo agrário-exportador, e a falta de financiamento aliada ao bloqueio às importações favoreceram o desenvolvimento industrial, provocando alterações profundas na fisionomia econômica brasileira.

Segundo Saraceno (1994, p.29-37), neste cenário se multiplicam as oportunidades e surgem novas relações de trabalho e um novo processo gerador de renda, “as áreas rurais podem aumentar sua competitividade sócio-econômica através de diversos fatores, com destaque para a segmentação da produção e oferta de produtos”. Graziano da Silva (2003), demonstra (Gráfico 1) que sobre a importância do rendimento do trabalho principal rural, somam rendimentos não-agrícolas das pessoas residentes nos espaços rurais que crescem a cada ano. Em 1998 e 1999 os rendimentos provenientes exclusivamente das atividades agrícolas diminuem em importância com relação aos rendimentos não-agrícolas dos residentes em espaços rurais no Brasil.



Fonte: Instituto de Economia da UNICAMP/SEADE, 1997.

Estas condicionantes que acabaram reconfigurando o espaço rural brasileiro vem demonstrando novas funções no espaço rural. Esse redimensionamento dos estudos merece destaque.

O espaço rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, oferece também a possibilidade de, no espaço localregional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas. (Muller, 1995, p.18-52).

Dados do PNADs¹⁰ entre os anos de 1980 a 1990 revelaram que houve um crescimento na PEA rural que cresceu enquanto a PEA¹¹ agrícola diminuiu. A explicação para esse contraste está no vigoroso crescimento verificado da população economicamente ativa ocupada em atividades não-agrícolas residentes no meio rural brasileiro.

Ao discutir a evolução atual da agricultura brasileira, concluiu-se que já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que o comportamento do emprego rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e da produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. (Graziano da Silva, 1997, p.43-81).

Em 1999¹², 4,62 milhões¹⁴ de pessoas estavam envolvidas em atividades não agrícolas, significando um acréscimo de mais de um milhão de pessoas neste tipo de atividade em menos de vinte anos. É neste contexto que ganha força, atualmente, o debate sobre as "novas ruralidades". Um aspecto relevante a ser destacado nessa discussão é que se rompe a concepção "produtivista" tradicional que identificou, por muito tempo, o desenvolvimento rural em termos setoriais, avaliando-o apenas a partir dos níveis da produtividade das atividades agrícolas e da eficiência dos sistemas de produção agropecuários.

¹⁰ Programa Nacional de Agricultura.

¹¹ População economicamente ativa.

¹² Fonte: Instituto de Economia da UNICAMP/SEADE, 1997.

Pluriatividade: ensaio de uma tipologia para o Brasil

As questões em torno do entendimento sobre a aplicação do conceito da pluriatividade no Brasil, necessitam, logicamente, de entender se há uma inserção ou não do rural brasileiro neste novo contexto das relações agrária/agrícolas.

A pluriatividade em países europeus como a França concentraram para si algumas frentes de discussão. Uma primeira analisa este fenômeno como uma maquiagem que se dava ao rural que por conseqüência acabaria se especializando nestas novas atividades não agrícolas que perderiam as funções tradicionais de sua origem. Uma segunda análise se dá quando se apontava a agricultura *part-time* ou *Full-time* como um obstáculo ao modelo modernizante das unidades agrícolas; e uma outra que conduzia a discussão em torno de mostrar que esta realidade, além de se tornar uma alternativa de renda para o camponês, estaria valorizando a pequena propriedade, despertando-a para multifunções, envolvendo todos os membros da família, e emergindo como um fator capaz fixar o homem no campo.

Segundo SCHNEIDER S. (1994. p. 127),

(...) o debate sobre a pluriatividade ou sobre as formas alternativas de desenvolvimento rural e reprodução da agricultura familiar, no Brasil, corre o risco de não chegar mais. O que reafirmaria a certeza de que o caráter atrasado de nossa estrutura agrária necessita, urgentemente, de reformas.

Diante destas frentes de discussões torna-se necessário fazer uma analogia em torno da discussão conceitual da pluriatividade, destacando o modelo *part-time-farming* nos Estados Unidos, e “*pluriactivité*” em que convergem para um caráter transitório em torno da temática, particularmente na França, para a qual os adeptos desse modelo são excluídos dos recursos e das políticas públicas voltadas para o setor em função de não serem considerados agricultores.

A pluriatividade se destaca ao analisá-la no contexto das manifestações nas unidades produção familiar, onde a idéia da simples função de produzir dá lugar às estratégias de sobrevivência e de reprodução social no campo. Dessa

forma, a pluriatividade se apresenta como um fenômeno diversificador de fontes de renda.

Em seu trabalho KAGEYAMA, (2001, p. 56-58) explica o conceito como sendo;

O fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, famílias e regiões rurais, dando lugar aos empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas, tem sido referido na literatura, às vezes sem muita distinção, como pluriatividade ou como agricultura (e agricultores) de tempo parcial.

Segundo FULLER (1983, 1984, 1990), apud SCHNEIDER (1999, p.54-76), após uma avaliação da pluriatividade no contexto brasileiro, se apresentam duas fases para o melhor entendimento. A primeira antes de 1975 que a apresentava como uma viabilidade econômica, o caráter transitório e instável da produção *part-time*; e a segunda, após 1975 marcado pela busca de identidades sobre o conceito de agricultura em tempo parcial. Os mesmos autores argumentam ainda sobre o fato da transitoriedade, na qual a agricultura em tempo parcial baseia-se em um fenômeno transitório advindo das dificuldades de crédito e mercado e um resíduo de um falso tipo de categoria social provocando o assalariamento e o aburguesamento nas relações rurais (CARNEIRO, 1998).

O turismo rural no contexto da pluriatividade: novas alternativas ou velhas dicotomias para realidade brasileira

Mattei (2000, p.18-29), (apud Graziano da Silva, 1997, p.43-81), mostra que um dos aspectos da "mercantilização do espaço agrário" era a exploração dos recursos naturais e de valores culturais para fins econômicos. Neste contexto, o turismo rural aparecia como um elemento novo no panorama econômico do mundo rural, sendo considerado, inclusive, como uma atividade econômica relevante na busca de melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares, os quais diversificam suas formas de trabalho visando ampliar seus níveis de renda.

Afirma Graziano da Silva (1997, p.43-81) que,

Além disso, ressaltamos também que no Brasil o conjunto de atividades associadas ao termo genérico "turismo rural" (hotel-fazenda; fazenda-hotel; pousadas; pesquepague; restaurantes típicos; venda direta de produtos industrializados nas propriedades; atividades de lazer associadas à paisagem natural; atividades baseadas nos elementos culturais de um local e/ou região.

A EMBRATUR (1998), ao elaborar o Manual de Turismo Rural, adotou o conceito de Turismo Rural que inclui uma variedade de modalidades; desenvolvendo todas as suas formas. Pela definição oficial sobre o turismo no meio rural, entende-se que esta nova atividade agregaria todas as atividades, desde *shows* a rodeios, atividades religiosas, práticas de esportes e visitas às paisagens naturais, preservação dos recursos naturais, até as atividades dos hotéis-fazenda, das pousadas rurais e de acompanhamento das atividades agropecuárias.

Recentemente percebemos que o turismo rural passou a ganhar um grande destaque nas discussões sobre alternativas para a agricultura familiar, principalmente quando se procura atacar o problema da renda e do emprego. Segundo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (2003), estas oportunidades acabaram influenciando as próprias políticas públicas, de tal forma que neste mesmo ano o Governo Federal lançou, uma linha de crédito, chamada de "PRONAF Turismo Rural", para apoiar os agricultores familiares que pretendem implementar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção. Estas propostas foram concebidas dentro de uma perspectiva geral que visa construir uma estratégia, considerando a agricultura familiar a força motora para um desenvolvimento rural.

Segundo ROSSETTO¹³ (2003), estas propostas buscam explorar "o enorme potencial do turismo enquanto atividade capaz de preservar o meio ambiente, valorizar a cultura e gerar emprego e renda". Em seu trabalho, Mattei (2003, p.18-39), analisou o potencial de geração de ocupações não-agrícolas do ramo de turismo rural no estado de Santa Catarina, estado cuja dinâmica agropecuária está assentada nas unidades familiares de produção, buscando

¹³ Ministro Miguel Rossetto, do MDA, pronunciamento durante lançamento do programa em novembro de 2003, arquivo MDA/2003.

compreender o estágio atual desse setor de atividade, dando ênfase ao seu papel no desenvolvimento local.

A dinâmica de inserir atividades turísticas na produção familiar e a necessidade de promover uma integração entre as propriedades tem repercussões diretas sobre a geração de emprego, uma vez que a maior parte das ocupações criadas são temporárias ligadas às categorias profissionais de menor qualificação e não são preenchidas por pessoas das localidades, mas sim por trabalhadores de outros setores urbanos.

GRAZIANO DA SILVA, (1999, p.47-78), destaca alguns aspectos vinculados à agricultura familiar que podem tornar-se fortes agregados se a atividade for aplicada de maneira continuada e preservando os valores locais. O primeiro diz respeito à contribuição que a atividade traz na permanência das pessoas da família na unidade de produção.

Uma outra consiste em buscar romper o isolamento dos agricultores pois a atividade se tornaria um elo entre as pessoas das comunidades. Outra questão está associada a uma grande variedade de produtos processados pelas famílias como os embutidos, derivados de leite, mel, cachaça, melado, além de serviços de restaurante que comprovam a vitalidade dessas pequenas propriedades e demonstram seu papel no comportamento positivo da atividade. A proposta de implantação do turismo rural deverá ser focada na multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural, enquanto estratégia para garantir a reprodução das unidades familiares de produção agropecuária.

Turismo rural: Um breve panorama no modelo brasileiro

São cada vez mais evidentes as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro. As multifunções destas unidades acabaram aportando uma variável muito grande de novas atividades praticadas em áreas tradicionalmente agrícolas. Escrever sobre o turismo rural no Brasil exige primeiramente buscar entender a sua tipologia. Graziano da Silva; Vilarinho & Dale (2000, p.16-17),

Alertam para o problema encontrado ao estudar e descrever o turismo rural. Segundo os autores, o turismo rural engloba

modalidades de turismo como: ecoturismo, agroturismo, turismo de aventura, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de todas essas modalidades.

Cals, Capellà e Vaqué (1995, p.23-26) complementam que consideram mais apropriado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural. Sendo o termo turismo rural usado para identificar atividades peculiares à vida rural, seu hábitat, sua economia e sua cultura. Apesar da complexidade de definições sobre a atividade todas elas convergem em entender o turismo rural como sendo uma prática no contexto da pluriatividade praticado nos espaços rurais e que se diferencia conforme a adoção de equipamentos e mobiliários e de acordo com as paisagens rurais.

O turismo rural no Brasil apresentou uma crescente demanda nos últimos 15 anos, em função de uma fuga urbana e na busca pela tranquilidade, por paisagens naturais e pelas rotinas que o campo pode oferecer como uma alternativa à vida corrida do dia-dia nas cidades. O sensível interesse por esse segmento do turismo se manifesta principalmente na Europa do final do século XIX, em decorrência de um crescimento muito intenso das grandes cidades, as transformações ocorridas nestes núcleos urbanos e uma decadência da qualidade de vida.

Essas atividades no Brasil, porém, aparecem a partir dos anos de 1980, concentradas principalmente nos estados do sul do país, destacando o Estado de Santa Catarina que se tornou pioneiro na prática do turismo rural, uma vez que apresenta um grande conjunto de mobiliários e atrativos para a sua prática advinda das tradicionais formas de produção agrícola de bovinos e grãos que foram aos poucos sendo abandonadas e apropriadas por esse novo segmento econômico.

Considerações finais

A busca pela compreensão que passa o meio rural brasileiro trouxe à tona algumas especificidades inerentes à dinâmica de suas transformações que refletem no todo um processo de redefinição das relações da população rural com o meio em que se vive, mediadas pela forma multiativa que se

desenvolve, o que tem levado à conquista de novas estratégias de produção e de reprodução social.

Frente à constatação de que o espaço rural brasileiro em muitas regiões está passando a exercer novas funções no conjunto de suas atividades e incorporando estruturas destinadas à produção de bens e serviços não-agrícolas, entre eles o voltado para o lazer e o turismo; começamos a conviver com uma nova relação entre o essencialmente tradicional, eminentemente agropastoril, e a possibilidade de aderir a essas atividades um novo elemento no bojo deste universo.

Para Nogue (1989), conservar a autenticidade da paisagem não significa mantê-la estática ou fossilizada, pois a paisagem é em si dinâmica e constitui o resultado de uma tensão dialética contínua entre elementos abióticos, bióticos e humanizados. Trata-se, portanto, de conservar a originalidade de seus elementos constituintes sem questionar o seu dinamismo, preservando assim o caráter do lugar.

Não resta somente aplicar o conceito da pluriatividade e implantar estas novas atividades. É necessário que essa relação venha acompanhada de todo um conjunto de mecanismos que promovam realmente o bem-estar do morador rural, principalmente o pequeno produtor. Não podemos assistir novamente o privilégio que as políticas públicas sempre deram para o grande produtor, pois queremos estar promovendo um campo um pouco mais justo.

Identificamos ao longo deste artigo que as ocupações agrícolas são as que geram menor renda; e que o número de famílias agrícolas está diminuindo, pois elas não conseguem sobreviver apenas de rendas agrícolas. Nem mesmo o número das famílias pluriativas, nas quais seus membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, vem aumentando.

Devido à queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não-agrícolas, garantido sua sobrevivência mediante a busca das transferências sociais como a aposentadoria e pensões.

Por isso cada vez mais o meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas. O declínio do

lugar da agricultura nas atividades e ocupações no espaço rural foi acompanhado pelo surgimento de funções não agrícolas.

Segundo o autor, a procura por esses usos tende a aumentar, e a questão que se coloca é saber quem se encarregará da oferta desses novos serviços no interior das sociedades rurais.

Por fim constata-se uma grande complexidade nos fatores que influenciam a estrutura ocupacional dos residentes rurais. É preciso que as políticas assumam um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas, ao mesmo tempo em que utilizem diferentes instrumentos de política econômica e social para promover um modelo de desenvolvimento rural que permita aos seus habitantes melhorarem suas condições de emprego, renda e qualidade de vida.

Portanto, o fato concreto a ser frisado é que o crescimento explosivo das ocupações não-agrícolas mostra que tão ou mais importante que continuar o seu fomento, seria imprimir a essas atividades não-agrícolas um caráter mais ordenado, tanto socioeconômico como ambiental e com reais melhorias nas condições de vida para todo o conjunto de residentes rurais. Deixados à sua própria sorte, o novo rural brasileiro pode reproduzir muitas mazelas, tornando inviável um promissor desenvolvimento.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs/unicamp/HUCITEC, 1992.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdiUPF. 1999, p. 147-173.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL-**ABRATURR**. Lages-SC, 2004. BALSADI, O.V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE/Unicamp, 2000.

BAPTISTA, F.O. **Famílias e explorações agrícolas**: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul. Trabalho apresentado no IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Chile, dez. de 1994, mimeo.

- CALS, J.; CAPELLÀ J.; VAQUÉ, E. **El turismo en el desarrollo rural em Espana**. Madri: Ministério de Agricultura. 1995.
- CAVACO, C. Turismo Rural e Desenvolvimento Loal. In. RODRIGUES, Adir B. (Org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo:HUCITEC, 1996, p. 45-49).
- DELL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. **Evolução da pobreza rural, 1995-1999**. IE/UNICAMP. Projeto Rurbano (mimeo). 2002.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO-EMBRATUR. Brasília, 1998. www.embratur.gov.br. Acesso: 10/04/2008.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**, 8. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas; Unicamp/Instituto de Economia, 1999, (coleção pesquisas, vol. 1),
- HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**, São Paulo, Contexto, 1972. (8^o,v).
- KAGEYAMA, A.; A. **Determinantes das condições socioeconômicas dos domicílios agrícolas no Brasil**. Campinas, IE-UNICAMP, 2001, Relatório parcial de pesquisa.
- MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura brasileira na realidade brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Org). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. P.135-152.
- MEIRELLES Filho, J. Ecoturismo revela vida no campo. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, nov, 1996.
- PRADO Jr, C. **História econômica do Brasil**, 4^a.ed., São Paulo, Brasiliense, 1956.
- PROGRAMA NACIONAL de AGRICULTURA DOMÉSTICA. PNAD. Brasília, 1980-1990.
- RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo rural**. São Paulo. Contexto, 2001.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1991.



DA SILVA, J. G. VILARINHO, C. DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. IN: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. FROEHCH, J.M. (Org). **Turismo e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: CPER/DEAR/CCR/UFSM, 1999.

SCHNEIDER S. Agricultura familiar e industrialização: **pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999, p.127.